

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 16

AGÊNCIA SENADO - PORTAL DO SENADO FEDERAL - DF - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
ANFIP

Comissão de Direitos Humanos lançou livro e debateu precarização da Seguridade 3

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad demite auditor que violou dados na gestão passada 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fux tende a apoiar tese da Fazenda para precatórios - CLAUDIA SAFATLE 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuintes sofrem derrotas bilionárias com volta do voto de qualidade ao Carf 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

A questão dos precatórios - FABIO GIAMBIAGI 9

FOLHA ONLINE - SP - VIDA PÚBLICA
SEGURIDADE SOCIAL

Veja como os servidores federais fazem a prova de vida 11

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

A questão dos precatórios: as alternativas são todas ruins 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

Denúncias de servidores públicos crescem 51% 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ataque do Senado é infecção oportunista 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alívio na tensão pode desacelerar pautas sobre o STF 20

VALOR ECONÔMICO - SP - EU
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma que barateia armas - MARIA CRISTINA FERNANDES 22

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar em alta, Ibovespa em queda: entenda por que o Fed precisou dar banho de água fria no mercado 25

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

PEC para alterar regras do STF é negociada com membros da Corte 27

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad levará propostas reformistas de Lula a reunião de FMI e Banco Mundial, como revisão de dívidas de países 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Regimes Especiais fortalecem a economia brasileira (Artigo).....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Exportação acelera, mas importação já preocupa.....	32
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA Diretor do Banco Central vê inflação "resiliente".....	33
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA Barroso elogia Lula e FHC, e propõe "parceria institucional" entre os Poderes.....	35
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA Por emendas, Tarcísio busca encontro com parlamentares.....	36
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Para FMI, volta repentina da inflação pode apertar "condições financeiras".....	37
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Estrangeiros retiram quase R\$ 12 bi da B3.....	38
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA Maioria de empreendedores ganha até 2 mínimos.....	39
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA Comércio global só cresce 0,8% neste ano, mas melhora em 2024.....	42

Comissão de Direitos Humanos lançou livro e debateu precarização da Seguridade

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizou o lançamento do livro **Análise da Seguridade Social 2022**, da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil**, como parte do ciclo de debates sobre o Estatuto do Trabalho. Segundo os especialistas ouvidos na audiência pública desta quinta (5), a Previdência é deficitária em decorrência das renúncias fiscais, que representam mais R\$ 250 bilhões, com resultados pouco significativos para a economia.

A audiência foi presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Site:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2023/10/comissao-de-direitos-humanos-lancou-livro-e-debateu-precarizacao-da-seguridade>

Haddad demite auditor que violou dados na gestão passada



Decisão. Portaria assinada por Haddad foi publicada ontem no Diário Oficial

BELA MEGALE

Chefe da área de Inteligência da **Receita Federal** no governo de Jair Bolsonaro, o auditor Ricardo Feitosa foi demitido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele é acusado de ter violado sigilo de adversários do ex-presidente.

A portaria que formalizou o desligamento foi publicada ontem no Diário Oficial da União. O texto aponta que Feitosa já respondia a um Procedimento Administrativo Disciplinar. O parecer final foi concluído e recomendou a demissão do servidor federal.

"O ministro de Estado da Fazenda, no uso da atribuição (.) resolve: Demitir Ricardo Pereira Feitosa (...) por valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, com restrição de retorno ao serviço público federal", diz a portaria.

Feitosa é apontado como o servidor responsável por devassar dados fiscais de adversários de Bolsonaro durante o último governo. Antes de assumir o posto, ele dava expediente como auditor fiscal da delegacia da **Receita Federal** em Cuiabá.

No comando da Inteligência da Receita, durante a gestão Bolsonaro, Feitosa teria acessado e copiado dados fiscais sigilosos de opositores do ex-presidente. Segundo documentos obtidos pelo jornal "Folha de S. Paulo", um dos alvos do levantamento foi Eduardo Gussem, então procurador-geral de Justiça do Rio e

responsável pelas investigações do suposto esquema de rachadinha no gabinete de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), hoje senador, na Assembleia Legislativa do Rio, denúncia posteriormente arquivada.

Também foram alvos dois políticos que haviam rompido com Jair Bolsonaro: o empresário Paulo Marinho, suplente de Flávio no Senado, e o ex-ministro Gustavo Bebianno, que morreu em 2020.

Feitosa comandou a área de Inteligência da Receita por apenas quatro meses, entre maio e setembro de 2019.

Sua nomeação para uma das áreas mais relevantes e delicadas do Fisco desagradou à cúpula da instituição, já que, tradicionalmente, o comando da investigação é entregue a um auditor que já tenha exercido a função nas superintendências do órgão.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fux tende a apoiar tese da Fazenda para precatórios - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

A tendência do ministro Luiz Fux, da Suprema Corte, é de atender o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) em relação aos precatórios. A AGU solicitou ao STF que declare inconstitucional o teto de gastos de precatórios, estabelecido na Emenda Constitucional 114/21. Se a decisão de Fux confirmar o pedido do governo, ela implicará pagamento 60 dias após acolhimento do pedido, por crédito extraordinário, fora da meta de despesa. Ou seja, não teria efeito sobre o resultado primário, mas elevaria a dívida pública.

Além disso o governo pediu, também, para separar a conta dos precatórios em duas. O principal continuaria a ser classificado como despesa primária; os juros e correção monetária seriam classificados como despesa financeira. Nesse aspecto, há dúvidas sobre se o ministro do Supremo atenderá ao pleito da pasta da Fazenda.

Esse ponto é foco de discordância no governo. O Planejamento e a área técnica do Tesouro não assinaram a nota da AGU.

O estoque a ser pago atinge R\$ 95 bilhões, sendo que foram acumulados cerca de R\$ 64 bilhões - equivalentes a 0,6% do **PIB** - entre 2022 e 2023, corrigidos pela taxa Selic. Em 2024 somariam mais R\$ 31 bilhões - correspondendo à 0,3% do **PIB**.

Para a economista-chefe do Santander, Ana Paula Vescovi, ex-secretária do Tesouro Nacional, trata-se de uma medida "relativamente positiva", mas que traz uma iniciativa de mudança contábil com a qual ela não concorda.

"Não parece uma medida para facilitar o cumprimento da meta de primário", e ela não vê o pedido do governo como uma tentativa de se criar espaço para aumentar o gasto. Vescovi reconhece, entretanto, que esse é um dos temores do mercado.

Um aspecto que chama a atenção é "tentar mudar uma regra estabelecida desde a origem e a complexidade de contabilizar parte da despesa com precatórios como financeira".

Para Vescovi, os manuais de contabilidade pública internacional tratam os precatórios como despesa

primária. "Uma coisa é fazer um debate com especialistas, com o qual concordo. Outra é simplesmente mudar", disse.

O Brasil é signatário dos acordos internacionais de contabilidade pública e "acho que essa parte está bem fundamentada nos manuais do Fundo Monetário Internacional (FMI). O melhor é pagar com a regra prévia, anterior à Emenda Constitucional 114". O STF declarando a sua inconstitucionalidade, valeria a regra anterior. Ela considera que o ideal teria sido abrir uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) no Congresso para revogar a emenda 114.

"Acho que tem um fator positivo, que é um esqueleto que estão dispostos a tirar do armário e acertar. Pedem, porém, para mudar o enquadramento contábil disso desnecessariamente.", comentou.

O certo, para Vescovi, é assumir a conta, pagar e seguir em frente.

"Acho que o ponto positivo é o reconhecimento e o pagamento". Reduz a incerteza dos mercados de que está se mudando a regra para poder aumentar a despesa. A medida agora, se aprovada pelo STF, vai pagar tempestivamente uma conta que só seria paga em 2026.

No curto prazo, isso, obviamente, gera um aumento de despesa que já existia mas que estava sendo postergada.

Pode, inclusive, ter o efeito de um impulso fiscal sobre o consumo, já que são precatórios relativos à despesa de pessoal e Previdência.

"Nosso cálculo de massa salarial ampliada poderia eventualmente subir 0,5 ponto percentual, de aumento de 0,9% projetados para 1,4% do **PIB**.

Utilizando o modelo para consumo, o impacto seria próximo de 0,2 pp para o **PIB**", estimou Vescovi.

Outro aspecto a se considerar seriam as monetizações que estavam ocorrendo com os precatórios nas privatizações, nos pagamentos de débitos com **impostos** e nas negociações junto ao **Carf**, mas sobre isso não há informações disponíveis.

No longo prazo, porém, o resultado fiscal tende a ser neutro. Se o STF acatar a proposta de separar o principal (primário) dos juros (financeiro), o resultado piora neste ano e "se mantém próximo ao que já esperávamos nos próximos", indicou. Isso porque, segundo o Tesouro, as despesas totais com precatórios está convergindo para patamares mais baixos.

A medida não deveria abrir espaço para outras despesas, entende Vescovi. Mas, se vier a ocorrer, vai impactar a credibilidade e a transparência do ajuste fiscal.

O ajuste fiscal requerido para manter a dívida estável como proporção do **PIB** é de cerca de 2% do **PIB**. Ele não muda porque uma despesa pontual de 1,6% (estimativa do valor dos precatórios acumulados até 2026) será paga em três anos, ou gradualmente, a partir de uma decisão do Supremo.

"Nossa conta de ajuste fiscal leva em consideração o longo prazo, pois é impossível fazê-lo em curto prazo no Brasil. As despesas obrigatórias são a grande questão", avaliou ela.

Há dúvida no mercado sobre se as mudanças pedidas pela AGU, sobretudo na regra contábil, carregam a pretensão de aumentar o gasto público.

Dúvida que cabe ao governo dissipar.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Fux tende a apoiar tese da Fazenda para precatórios

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187680?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187680?page=1§ion=1)

Contribuintes sofrem derrotas bilionárias com volta do voto de qualidade ao Carf



Joice Bacelo

A Petrobras perdeu na Câmara Superior, a última instância do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, uma discussão tributária de R\$ 6,5 bilhões. O julgamento foi decidido por voto de qualidade - terminou em empate e o presidente da turma, um representante do Fisco, deu a palavra final.

Esta semana foi marcada pela volta dos julgamentos presenciais no **Carf** e foi também a primeira desde que entrou em vigor a Lei nº 14.689, que reinstituíu o voto de qualidade no Conselho. A norma também concedeu alguns direitos a contribuintes derrotados dessa forma, dentre eles, redução de multas e juros.

As discussões em torno do voto de qualidade duraram o ano inteiro e, por conta disso, casos valiosos e que geralmente terminam em empate ficaram represados.

O que se viu, nesta semana, foi um "destrave".

Temas de histórica divergência entre conselheiros representantes da Fazenda e de contribuintes foram colocados em pauta. O caso da Petrobras, que foi julgado ontem, é um deles. Trata sobre a tributação de empresas controladas e coligadas no exterior.

A autuação, lavrada em 2018, cobra Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre lucros auferidos por uma controlada na Holanda entre os anos de 2013 e 2014 (processo nº 16682.720429/2018-62).

Em sua defesa, no processo, a companhia argumentou que não seria possível a tributação dos lucros auferidos por empresas sediadas em países amparados por tratados contra a dupla tributação da renda, como é o caso da Holanda.

O Fisco entende, no entanto, que o artigo 74 da Medida Provisória (MP) 2.158, de 2001, autoriza a tributação. A interpretação é de que não há violação aos tratados que preveem a tributação exclusiva no país de residência da empresa por considerar que, nesse caso, o residente é a companhia brasileira que, na composição da sua base, tem o valor reproduzido do lucro da estrangeira.

A Petrobras havia vencido essa discussão na turma ordinária, instância abaixo da Câmara Superior, no ano passado. O julgamento também terminou em empate naquela ocasião - conselheiros representantes dos contribuintes votaram contra a tributação e os representantes do Fisco a favor. Só que ainda estava vigente a Lei nº 13.988, de 2020, que dava vitória ao contribuinte em caso de empate.

Essa legislação deixou de valer em janeiro deste ano, quando o governo federal publicou uma medida provisória restabelecendo a antiga versão do voto de qualidade - o que gerou enorme debate e acabou dando origem à Lei nº 14.689, que está agora em vigor.

A versão anterior do voto de qualidade não previa nenhum direito aos contribuintes. Se perdesse por esse critério, maioria ou unanimidade não fazia diferença.

Com a nova lei, segundo os especialistas, chega-se num "meio termo".

Mas, como efeito prático, os contribuintes ficam em desvantagem nos julgamentos. Além do processo da Petrobras, ao menos outros sete sobre o mesmo tema, envolvendo outras companhias, foram colocados em pauta e, segundo advogados que acompanham os julgamentos no **Carf**, também tiveram decisão por voto de qualidade.

Os contribuintes também perderam, por voto de qualidade, em pelo menos outros três temas: amortização de ágio, aplicação da trava de 30% para redução de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no caso de extinção de empresa após fusão ou incorporação e dedutibilidade de juros sobre capital próprio (JCP) retroativo.

"Não mudou nada no entendimento dos conselheiros, da turma ou da matéria. Apenas mudou o critério processual para atribuir vitória em caso de empate", diz Caio Quintella, ex-conselheiro e hoje titular da Nader Quintella Consultoria, enfatizando a histórica divergência em relação a esses temas no conselho.

Para Leandro Cabral, do escritório Velloza, especialista na área, essa primeira semana de julgamentos no **Carf** após a Lei nº 14.689, "ilustra bem o que se espera adiante, em especial nas turmas da Câmara Superior, em casos que envolvem teses e valores relevantes".

"O uso do voto de qualidade nesses temas não surpreende, mas os conselheiros devem manter a coerência com uma das principais conquistas destes cem anos de **Carf**, que é o julgamento de casos concretos, e não de teses, com rigor atenção aos fatos", pondera.

A volta do voto de qualidade é tratada pelo governo federal, desde o começo do ano, como medida essencial para aumentar a arrecadação. A equipe econômica tem a expectativa de angariar R\$ 54 bilhões em 2024.

O **Carf** é a última instância da esfera administrativa para discutir as cobranças da **Receita Federal**. Mas, se perder, o contribuinte ainda pode levar o caso para o Judiciário.

Com a nova lei, no entanto, quem perder por voto de qualidade e pagar o débito - sem recorrer à Justiça - ficará livre de multas e juros, poderá parcelar e também utilizar precatório, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL como moeda de pagamento.

Se o contribuinte preferir discutir na Justiça em vez de pagar, ele continua livre de multas, mas os juros serão mantidos.

No caso da Petrobras, portanto, independentemente de qual for a escolha, a conta de R\$ 6,5 bilhões deve ficar menor. A companhia, além disso, ainda pode apresentar embargos de declaração - para esclarecer dúvidas e obscuridades da decisão - à Câmara Superior.

O Valor procurou a Petrobras para tratar do caso, mas não teve retorno até o fechamento da edição.

Especialista na área, Diana Piatti Lobo, do escritório Machado Meyer, não acredita que a expectativa do governo de ampliar substancialmente a arrecadação se concretize.

Ela avalia que o "custo de oportunidade" terá um peso

importante na decisão das empresas de pagar o débito ou levar o caso à Justiça, mas afirma existirem outros fatores que também devem ser levados em consideração. Um dos principais é a forma como o Judiciário se posiciona sobre a matéria em questão.

"Casos que terminam em empate indicam que existe uma dúvida em relação ao tributo, afinal de contas, quatro conselheiros opinaram num sentido e quatro no outro", frisa a advogada.

Em relação à dedutibilidade do JCP retroativo, por exemplo, ela diz, as duas turmas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que tratam sobre questões tributárias têm decisão favorável ao contribuinte.

"Casos que terminam em empate indicam que existe uma dúvida" Diana Piatti Lobo

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Contribuintes sofrem derrotas bilionárias com volta do voto de qualidade ao **Carf**

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187680>

A questão dos precatórios - FABIO GIAMBIAGI

FABIO GIAMBIAGI

Interrompo por uma quinzena a minha série de artigos sobre a Argentina para tratar de uma questão que se tornou urgente.

"Precatório" é o nome que se dá aos pagamentos determinados pela Justiça que devem constar no Orçamento elaborado para o ano posterior à decisão judicial de última instância.

Esse fluxo, em 2006, era de 0,3 % do **PIB**, na forma de 0,1% do **PIB** de pessoal e 0,2% do **PIB** referente ao **INSS**, sendo pouco representativas as parcelas referentes a Loas (Assistência Social) e outras despesas. Em 2022, o total já passara para 0,6% do **PIB**, sendo o mesmo 0,1% do **PIB** de pessoal, com o componente do **INSS** tendo aumentado para 0,3% do **PIB** e o de outras despesas já sendo de 0,2% do **PIB**.

É nessas outras despesas que vamos concentrar agora nossa atenção. Com duas casas decimais, elas passaram de 0,04% do **PIB** em 2006 para 0,21% do **PIB** em 2021, quando foram de R\$ 19 bilhões, que somados a R\$ 9 bilhões de pessoal, R\$ 25 bilhões do **INSS** e R\$ 2 bilhões de Loas, compuseram o total de precatórios de R\$ 55 bilhões naquele ano.

Essa despesa é exógena ao governo, que não pode fazer nada a respeito, com o agravante de que o montante é conhecido em julho, quando o Orçamento está prestes a ser enviado ao Congresso e o governo está "vendido": se a conta for mais "salgada" que o previsto, ele vai ter que "se virar" e cortar algo em troca.

Em meados de 2021, esperava-se que o valor para 2022 aumentasse para perto de R\$ 60 bilhões. Quando chegou a conta, de R\$ 89 bilhões (para Paulo Guedes, um "meteoro"), que iria "explodir" o teto de gastos em 2022, a reação do governo foi aprovar uma PEC definindo um teto para os precatórios dos anos seguintes, jogando a conta dos precatórios "rolados" para 2027. O velho "devo, não nego, pago quando puder". Com isso, a rubrica em 2022 foi contida artificialmente em R\$ 59 bilhões.

O país tem um problema pela frente, porque em 2027 não só o fluxo de precatórios voltaria ao normal, como também aqueles represados de 2022 a 2026 teriam

que ser pagos de uma vez só. Em termos fiscais, uma bomba. Seria recomendável termos um entendimento político amplo para encontrar uma solução antes disso. O que se segue é uma sugestão a respeito, no lugar da que o governo acaba de fazer e que é bastante questionável.

Embora o ideal seria se verificar uma iniciativa do Congresso, dado que existe um questionamento à constitucionalidade da PEC de 2021, o cenário mais realista é apostar numa declaração de inconstitucionalidade por parte do STF, com uma modulação que definisse os termos do encaminhamento da questão de 2025 em diante.

Se o Supremo assim se manifestar em 2024, a modesta sugestão aqui feita envolve os seguintes elementos: I retorno do pagamento normal de precatórios a partir de 2025; e I parcelamento das parcelas de precatórios não pagas de 2022 a 2024 por sete anos, de 2025 a 2031.

O primeiro elemento implica um impacto fiscal estimado da ordem de 0,3 % do **PIB**, sendo o segundo diluído ao longo do tempo pelo espaçamento dos pagamentos.

Portanto, para que o arranjo seja viável, paralelamente à eventual solução jurídica engendrada pelo Supremo, a instância política deveria agir em consequência, aprovando um adendo à lei complementar do arcabouço fiscal permitindo que, excepcionalmente em 2025, a taxa de variação do gasto seja ampliada em 1,5% para além do permitido pela regra atual e que, especificamente, o parcelamento dos atrasados de 2022 a 2024 (quase 1 % do **PIB**!) seja incluído no "extrateto" nos anos seguintes, como forma de "encaixar" a despesa adicional daí em diante, junto com a aprovação de uma receita que financie o plus da despesa.

É ilusório achar que o Congresso vai acomodar mais R\$ 30 bilhões por ano de gasto com precatórios cortando o equivalente de outras rubricas. As alternativas - não fazer nada, deixar o gasto adicional sem financiamento ou tratar parte da despesa como juros, como quer o governo - são todas ruins. Não há solução simples para o problema.

As alternativas - não fazer nada, deixar o gasto sem

financiamento ou tratar parte da despesa como juros,
como quer o governo - são todas ruins

Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO
A questão dos precatórios

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo?token=1e7a469a6fb0431000019>

Veja como os servidores federais fazem a prova de vida

Vinícius Barboza

Servidores públicos federais que são aposentados, pensionistas ou anistiados políticos civis precisam fazer a prova de vida anualmente.

Eles recebem renda por meio do Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos). O procedimento é realizado para comprovar a identidade do beneficiário e garantir a continuidade dos pagamentos.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos anunciou, na quarta-feira (4), que a prova agora pode ser concluída por meio de reconhecimento facial no aplicativo SouGov.br . Antes, o servidor precisava iniciar o procedimento no app e finalizá-lo em outro app, o Gov.br .

Veja as opções para os servidores fazerem a prova e o passo a passo em cada uma delas.

O servidor deve comparecer ao balcão de atendimento da unidade de gestão de pessoas do seu órgão público.

Outra opção é ir a uma agência do banco em que recebe seu benefício. O servidor precisa ir pessoalmente e levar documento oficial com foto (cédula de identidade ou CNH) e CPF.

É preciso ter biometria cadastrada no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) ou na Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito) para que seja feito o reconhecimento facial. O aplicativo SouGov.br se destina apenas aos servidores federais e faz a comprovação da vida.

Por meio do app, os funcionários públicos também podem fazer solicitações relacionadas a benefícios como auxílio-funeral, pensão e ajuda de custo com transporte, por exemplo. Embora exista o site do SouGov.br , a versão para desktops não permite fazer a prova de vida.

O procedimento é semelhante à prova de vida digital do **INSS** . Para fazer o cadastramento no app, o servidor deve:

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/10/veja->

***como-os-servidores-federais-fazem-a-prova-de-
vida.shtml***

A questão dos precatórios: as alternativas são todas ruins

Interrompo por uma quinzena a minha série de artigos sobre a Argentina para tratar de uma questão que se tornou urgente. "Precatório" é o nome que se dá aos pagamentos determinados pela Justiça que devem constar no Orçamento elaborado para o ano posterior à decisão judicial de última instância.

Esse fluxo, em 2006, era de 0,3 % do **PIB**, na forma de 0,1% do **PIB** de pessoal e 0,2% do **PIB** referentes ao **INSS**, sendo pouco representativas as parcelas referentes a LOAS (Assistência Social) e a outras despesas.

Em 2022, o total já passara para 0,6% do **PIB**, sendo os mesmos 0,1% do **PIB** de pessoal, com o componente do **INSS** tendo aumentado para 0,3% do **PIB** e o de outras despesas já sendo de 0,2% do **PIB**. É nessas outras despesas que vamos concentrar agora nossa atenção.

Com duas casas decimais, elas passaram de 0,04% do **PIB** em 2006 para 0,21% do **PIB** em 2021, quando foram de R\$ 19 bilhões, que somados a R\$ 9 bilhões de pessoal, R\$ 25 bilhões do **INSS** e R\$ 2 bilhões de LOAS, compuseram o total de precatórios de R\$ 55 bilhões naquele ano.

Essa despesa é exógena ao governo, que não pode fazer nada a respeito, com o agravante de que o montante é conhecido em julho, quando o Orçamento está prestes a ser enviado ao Congresso e o governo está "vendido": se a conta for mais "salgada" que o previsto, ele vai ter que "se virar" e cortar algo em troca.

Em meados de 2021, esperava-se que o valor para 2022 aumentasse para perto de R\$ 60 bilhões. Quando chegou a conta, de R\$ 89 bilhões (para Paulo Guedes, um "meteoro"), que iria "explodir" o teto de gastos em 2022, a reação do governo foi aprovar uma PEC definindo um teto para os precatórios dos anos seguintes, jogando a conta dos precatórios "rolados" para 2027.

O velho "devo, não nego, pago quando puder". Com isso, a rubrica em 2022 foi contida artificialmente em R\$ 59 bilhões.

O país tem um problema pela frente, porque em 2027 não só o fluxo de precatórios voltaria ao normal, como

também aqueles represados de 2022 a 2026 teriam que ser pagos de uma vez só. Em termos fiscais, uma bomba.

Seria recomendável termos um entendimento político amplo para encontrar uma solução antes disso. O que se segue é uma sugestão a respeito, no lugar da que o governo acaba de fazer e que é bastante questionável.

Embora o ideal seria se verificar uma iniciativa do Congresso, dado que existe um questionamento à constitucionalidade da PEC de 2021, o cenário mais realista é apostar numa declaração de inconstitucionalidade por parte do STF, com uma modulação que definisse os termos do encaminhamento da questão de 2025 em diante.

Se o Supremo assim se manifestar em 2024, a modesta sugestão aqui feita envolve os seguintes elementos: retorno do pagamento normal de precatórios a partir de 2025; e parcelamento das parcelas de precatórios não pagos durante 2022 a 2024 por sete anos, de 2025 a 2031.

O primeiro elemento implica um impacto fiscal estimado da ordem de 0,3 % do **PIB**, sendo o segundo diluído ao longo do tempo pelo espaçamento dos pagamentos.

Portanto, para que o arranjo seja viável, paralelamente à eventual solução jurídica engendrada pelo Supremo, a instância política deveria agir em consequência, aprovando um adendo à lei complementar do "arcabouço fiscal" permitindo que, excepcionalmente em 2025, a taxa de variação do gasto seja ampliada em 1,5 % para além do permitido pela regra atual e que, especificamente, o parcelamento dos atrasados de 2022 a 2024 (quase 1 % do **PIB**!) seja incluído no "extrateto" nos anos seguintes, como forma de "encaixar" a despesa adicional daí em diante, junto com a aprovação de uma receita que financie o plus da despesa.

É ilusório achar que o Congresso vai acomodar mais R\$ 30 bilhões por ano de gasto com precatórios cortando o equivalente de outras rubricas. As alternativas - não fazer nada, deixar o gasto adicional sem financiamento ou tratar parte da despesa como juros, como quer o governo - são todas ruins. Não há solução simples para o problema.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/fabio-giambiagi/coluna/2023/10/a-questao-dos-precatorios-as-alternativas-sao-todas-ruins.ghtml>

Denúncias de servidores públicos crescem 51%

*1/1/22 - 5/10/22

**1/1/23 - 5/10/23

editoria de arte



Arthur de Souza, Carlos Silva

A jornada até a aprovação num concurso público é árdua e exige grande dedicação por parte daqueles que almejam esse tipo de carreira. No entanto, toda a felicidade pode se transformar em tristeza em um piscar de olhos. Dados recentes do Painel de Ouvidoria do Distrito Federal revelam que, entre 1º de janeiro e 3 de outubro deste ano, houve um aumento de 51% nas denúncias de assédio moral e sexual no serviço público do DF - foram registradas 610 denúncias, contra 404 em 2022.

Nos dois períodos, o assédio moral foi o mais reportado pelos servidores. Do total registrado este ano, 545 acusações eram para esse tipo de crime (89,3% dos casos). Índice semelhante ao do ano passado, quando 344 ocorrências dessa natureza (85,1%) representaram a maioria das denúncias.

O crescimento nos casos de assédio é motivo de grande preocupação das autoridades responsáveis e dos órgãos que observam atentamente a conduta dos **servidores públicos** para com seus colegas de trabalho. Mas, se para quem vigia, a palavra de ordem é preocupação, para quem sofre com falhas de conduta vindas de quem trabalha ao lado, o que vigora é a angústia.

Essa foi a palavra que resumiu os dias de trabalho do servidor público João*, 59, durante dois anos. Mesmo sendo um funcionário antigo da casa, ele não escapou das investidas do chefe do departamento em que trabalha, as quais se estendiam a todos os colegas do setor e ultrapassavam quaisquer limites do que é aceitável. "De 2019 para 2020, o nosso diretor começou a se sentir mais "poderoso", por conta de

uma união de secretarias, e passou a nos tratar mal e nos xingar.

Os insultos eram na frente dos outros", relembra.

A situação chegou a um ponto que aqueles que estavam sendo assediados cogitaram a denúncia direta. No entanto, o morador de Águas Claras comenta que não precisou denunciar. Ele e os colegas preferiram recorrer ao diálogo para resolver a situação.

"A gente conversou com ele, que acabou entendendo que não deveria tratar as pessoas daquela forma", diz. "Mas, se eu sentisse que não iria parar, teria que tomar uma atitude e fazer uma ocorrência. Cheguei a cogitar isso", pondera João.

A desistência

O caso de João foi um dos poucos exemplos em que não foi necessária denúncia formal para ser resolvido, mas nem todas as histórias têm um final feliz. No caso da servidora Marisa*, 62, o desfecho foi tão triste quanto a situação em si. Servidora pública durante mais de 30 anos, ela tinha disposição e energia para seguir com suas atribuições.

Só que isso foi apagado por uma situação de assédio que não só se estendeu a outros colegas de trabalho, mas durou dois anos. O destrato vinha numa grande variedade de condutas ruins, que iam desde a atribuição de tarefas além das capacidades dos servidores até o flagrante assédio moral. "Ele pedia uma tarefa e, quando entregava, dizia que não precisava mais. Gritava comigo e com todos da repartição o dia todo. Alguns colegas chegaram a denunciar, mas nada aconteceu", lamenta.

O resultado foi uma série de transtornos mentais que recaíram sobre a equipe. Segundo Marisa, colegas desenvolveram processos de ansiedade, além da Síndrome de Burnout (ou Síndrome do Esgotamento Emocional).

Isso também se refletiu na eficácia dos trabalhos desenvolvidos no setor, já que o pessoal do departamento saía de licença de tempos em tempos, o que agravava ainda mais a situação.

Acuada e sem perspectiva de solução para o caso, ela

se viu com uma triste alternativa: a aposentadoria. "Quando senti que minha saúde mental estava começando a ficar comprometida, eu fiz a contagem do tempo de serviço e pedi aposentadoria no ano seguinte. Foi um alívio sair daquele ambiente tóxico.

Só lamento porque ainda tinha condições físicas para trabalhar, mas o preço seria muito alto", desabafa.

Grande desafio Apesar de essas parecerem situações sem solução, nas quais a vítima não tem poder para cessar seu sofrimento, no âmbito legal não é assim que funciona. O jurista e professor de direito penal do Ceub, Víctor Quintiere, afirma que, no serviço público, além de requerer a instauração das medidas administrativa e penal contra o assediador, a vítima tem o direito de mudar sua lotação de setor. "É fundamental que ela comunique o episódio à chefia, podendo ser adotadas algumas medidas: mudança de setor, mudança de horários de trabalho, etc.", avalia. "A produção de provas é o grande desafio para fins de responsabilização, pois, no geral, tais condutas costumam ocorrer às escondidas", pondera Quintiere.

Para que as vítimas de assédio encontrem solução para as suas situações, é preciso estar atento ao processo de apuração de um caso. Desse modo, fica mais fácil saber qual caminho será percorrido desde a comunicação do fato até uma resposta a ele. Segundo Quintiere, "recebida a denúncia na ouvidoria ou na chefia respectiva, será produzida toda a prova, momento no qual poderão ser ouvidas eventuais testemunhas, juntados documentos e ouvido o acusado".

Caso seja comprovado que esse tipo de conduta de fato ocorreu, o assediador pode ser punido de algumas formas.

"Analisando, por exemplo, a Lei 8.112/1990 em conjunto com o Código Penal, em seu art. 92, I, é possível concluir que são também efeitos da condenação a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública, ou quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a quatro anos, nos demais casos", explica Quintiere.

Ações concretas

Para lidar com esse alarmante cenário, o Poder Público vem adotando medidas que visam o bem-estar dos servidores e a boa convivência no ambiente de trabalho em órgãos públicos da capital.

Uma das ações mais recentes é a Portaria nº 965, de 27 de setembro de 2023, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que criou um grupo de trabalho, com promotores e servidores, responsável pela criação de fluxos e protocolos para o recebimento de denúncias de assédio, bem como de ações de incentivo à comunicação de assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e o assédio moral.

O grupo de trabalho, composto por 17 membros, já começou a trabalhar, levando em conta principalmente a Convenção nº 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além de ser o primeiro tratado internacional para reconhecer a necessidade da discussão sobre esse problema, a convenção esclarece o que é violência e assédio no mundo do trabalho e propõe medidas para prevenir e lidar com cenários de abuso.

Além disso, a medida também considera que "práticas de assédio interferem de modo direto na vida das pessoas, comprometendo sua identidade, dignidade e relações afetivas e sociais, podendo ocasionar graves danos à saúde física e mental, constituindo-se como um risco invisível, porém concreto, nas relações e nas condições de trabalho".

Não se cale!

Para além da apuração dos fatos, um dos maiores desafios é fazer com que as vítimas se sintam seguras para denunciar. Para Quintiere, ainda há medo por parte dos denunciadores, por terem receio de represálias. O jurista ressalta que o atendimento às vítimas e a apuração dos casos podem melhorar.

"É importante que o sistema seja aperfeiçoado, focando na facilitação do acesso pelas vítimas, resguardando sua integridade e tramitando de forma mais célere", pontua o professor do Ceub.

No entanto, é importante que quem sofre algum tipo de assédio decida pôr um basta na situação; e, nesse sentido, é preciso denunciar. Em nota, o Governo do Distrito Federal (GDF) ressalta a importância desse passo.

No DF, o caminho para a denúncia em casos de assédio é a Ouvidoria do GDF, pelo telefone 162, pelo participa.df.gov.br ou presencialmente, nas próprias ouvidorias dos órgãos (não precisa ser o mesmo órgão).

**Os entrevistados usaram nomes fictícios *Estagiário sob a supervisão de Márcia Machado

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense>

se/2023/10/06/all.pdf

Ocorrências

ASSÉDIO

Moral

Sexual

2022*

Total de denúncias: 404



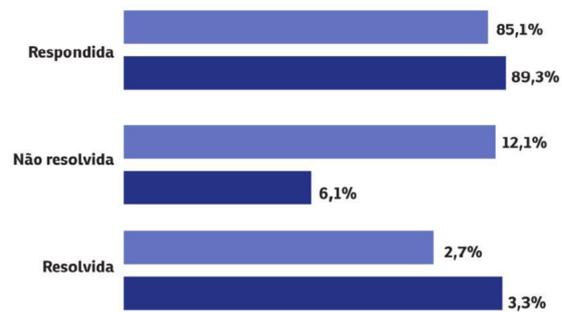
2023**

Total de denúncias: 610



2022*

2023**



Aumento percentual do total de denúncias: **51%**



Ataque do Senado é infecção oportunista

Maria Cristina Fernandes

A investida do Congresso sobre o Supremo é uma infecção oportunista. A definição é de uma autoridade de Brasília. Infecção oportunista é aquela que se instala num organismo debilitado, por exemplo, por uma cirurgia.

É o caso de um governo completamente dependente de seu chefe máximo, em convalescença de uma operação na cabeça do fêmur na semana passada.

A cúpula do Senado, Casa onde tramita a **reforma tributária** e que também sabatinará os indicados à Procuradoria-Geral da República e ao Supremo Tribunal Federal, entrou no modo guerrilha. Mira o Supremo Tribunal Federal mas o alvo mesmo é o governo federal.

Como não caía muito bem bater em um convalescente de 77 anos, pau no Supremo.

O STF é um alvo mais fácil porque os senadores sabem que contam com um respaldo mais amplo de setores da sociedade que veem extrapolação de poder dos ministros. E assim, fica barato tanto para o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), quanto o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP), cabalar votos para a sucessão da Mesa da Casa cativando as cerca de três dezenas de votos da bancada bolsonarista.

Mas ainda falta um ano e meio para a disputa pela mesa diretora.

O que tem de imediato é a ocupação de cargos na máquina federal. O Senado passou a disputar palmo a palmo com a Câmara a Caixa Econômica Federal, a Funasa, as diretorias do Banco do Brasil e o controle sobre o mercado de apostas e loterias.

Mas não apenas. Há ainda uma insatisfação grande com o marco temporal das terras indígenas, que o Congresso aprovou mas o STF considerou inconstitucional, e com a indefinição em relação à margem equatorial do pré-sal, principalmente na bancada do Amapá, que tem três senadores influentes, além de Davi Alcolumbre (União), o líder do Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido) e Lucas Barreto (PSD). Alcolumbre e Lira também querem se ombrear com o STF na influência sobre o novo PGR. Tudo isso depende do governo e não do Supremo.

Pode ser que os senadores tenham querido testar o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, em sua estreia. Mas não para em pé a ideia de que aprovaram a PEC que limita os poderes do Supremo para emparedar a pauta de costumes da Corte.

O próprio Barroso garantiu ao presidente, numa pizza que lhe ofereceu um mês antes de sua posse, que não manteria na pauta o projeto de descriminalização do aborto. Pela simples razão de que não valeria a pena abrir guerra entre os Poderes se o tema não dispunha de maioria no tribunal.

Além disso, o projeto sobre o Supremo aprovado na CCJ é esquizofrênico.

Se, por um lado, amplia o quórum do pedido de vistas para todo o colegiado, por outro, amplia a validade do instrumento dos atuais 90 dias para seis meses, prorrogáveis por mais três. Ou seja, restringe o poder de manobra da Corte com uma mão e libera com a outra.

Não foi para valer que a CCJ o votou este projeto, mas para dar um susto. Em quem? Não apenas no Supremo, mas também em Lula. A sorte do presidente é que a cúpula do Legislativo viaja neste fim de semana e emenda com o feriado. Mas depois volta.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187680>

Alívio na tensão pode desacelerar pautas sobre o STF

Julia Lindner, Marcelo Ribeiro, Caetano Tonet e Raphael Di Cunto

O possível distensionamento entre Congresso e Judiciário tende a desacelerar a tramitação, no Legislativo, de propostas que visem alterar as prerrogativas e o funcionamento do Supremo Tribunal Federal (STF), disseram ao Valor integrantes da cúpula do Parlamento.

Nessa quinta-feira (5), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e líderes partidários decidiram que a Casa concentrará esforços neste mês no andamento da **reforma tributária** e em temas econômicos. As questões relacionadas ao Supremo correrão em paralelo, e deverão ser apreciadas somente a partir de novembro. A decisão teve apoio até mesmo de opositoristas.

Senadores aprovaram na quarta- feira, em votação relâmpago na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), uma proposta para limitar decisões monocráticas e pedidos de vista na Corte. O texto ainda precisará passar pelo plenário do Senado, o que não tem previsão de ocorrer. Há, ainda, pelo menos duas propostas de emenda constitucional (PECs) que tratam da fixação de mandatos dos ministros do STF tramitando na CCJ, mas elas também deverão ser alvo de debates antes de serem deliberadas.

"Vamos submeter ao colégio de líderes. Pode haver divergências, como ao prazo de pedido de vista, por exemplo, mas é uma discussão que vamos submeter ao colégio de líderes e, na sequência, ao plenário", disse Pacheco sobre a proposta que trata das decisões monocráticas. "O que nós não podemos fazer é atropelar procedimentos, deixar de ouvir a sociedade civil, deixar de ouvir os demais Poderes e isso nós jamais faremos. Há uma demonstração muito clara de minha parte, como presidente do Senado, da forma cautelosa como trato todos os temas", afirmou, em outro momento.

O vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDBPB), seguiu a mesma linha. "É tudo ainda embrionário. Vamos fazer as discussões. É um processo que exige um bom debate, um amadurecimento, sem açodamentos", declarou.

Nos últimos dias, a oposição sinalizou que pode abrir

mão de alguns pontos do texto para deixá-lo mais palatável.

"Existe até algo pacificado no aspecto do pedido de vista. Talvez isso até possa sair da PEC porque o próprio STF já normatizou com relação a isso", disse o senador Eduardo Girão (Novo-CE), em referência a uma resolução do Supremo que trata do assunto.

De acordo com pessoas próximas ao presidente do Senado, a intenção é não acelerar a tramitação, mas tampouco segurar as matérias completamente.

Nesse meio tempo, há a expectativa de que o diálogo com os ministros do STF se intensifique em busca de um entendimento.

Pacheco e outros senadores ficaram satisfeitos com gestos recentes do presidente do STF, Luís Roberto Barroso. Ele reconheceu que o Legislativo tem autonomia para realizar suas deliberações.

Eles não gostaram, no entanto, das críticas do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, em relação à disposição do Senado de avançar com a discussão de estabelecer mandatos para os ministros da Corte.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), defendeu que as propostas sejam apreciadas com calma, buscando o equilíbrio entre os Poderes.

O parlamentar, no entanto, reconheceu que decisões recentes do STF geraram insatisfação entre os colegas e que isso ficou claro na aprovação relâmpago da PEC que limita decisões monocráticas de ministros do Supremo.

Já na Câmara, deputados consideram remotas as chances de avanço da PEC que permite que o Legislativo suste, em votação com maioria qualificada, decisão do STF transitada em julgado que extrapole os limites constitucionais.

Protocolado na semana passada, o projeto ainda não foi encaminhado à CCJ pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Além disso, o deputado Rui Falcão (PT-SP), presidente da CCJ da Câmara, já demonstrou pouco

entusiasmo com a matéria.

O movimento do Congresso tem sido alvo de críticas no Judiciário.

O ministro aposentado do STF Celso de Mello, por exemplo, considera um "grave retrocesso histórico" a PEC que pretende modificar as regras internas da Corte.

Ao Valor, ele afirmou que a possibilidade de o Legislativo rever decisões do Supremo "reproduz um espírito autocrático" e "subverte o dogma da separação de poderes". "Essa proposta, caso venha a ser promulgada, claramente transgredirá um dos limites materiais explícitos - a separação de poderes - que o poder constituinte originário estabeleceu no catálogo dos temas protegidos por cláusula pétrea", disse.

(Colaborou Luísa Martins)

É um processo que exige um bom debate, sem açodamentos" Vital do Rêgo

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Alívio na tensão pode desacelerar pautas sobre o STF

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187680>

A reforma que barateia armas - MARIA CRISTINA FERNANDES



MARIA CRISTINA FERNANDES

Uma das armas mais vendidas no Brasil é a Taurus G2C, calibre de 9 milímetros.

Pesa apenas 600g. Sua ficha técnica a descreve como ideal para "porte velado e pronto emprego", ou seja, pode ser ocultada na roupa para uso imediato.

Em lojas físicas e legalizadas no Rio, um dos estados onde mais se tributam armas, o preço médio é de R\$ 4.250.

Com o texto da **reforma tributária** aprovado na Câmara e hoje sob análise do Senado, pode cair para até R\$ 2.671.

A estimativa é aproximada porque ainda não se tem clareza sobre as alíquotas efetivas. Foi feita com base em estudo produzido pelos institutos Sou da Paz e Oxfam a partir do texto aprovado na Câmara dos Deputados, hoje em tramitação no Senado, e mostra o risco de a **reforma tributária** baratear o acesso a armas.

A perspectiva vai na mão contrária das políticas públicas de restrição de posse e porte e apreensão de armamento ilegal adotadas pelo Executivo numa tentativa de reduzir os homicídios - 76% deles cometidos com armas de fogo - e lesões com armas que custam por ano, além de milhares de vidas, R\$ 50 milhões aos cofres públicos.

O levantamento leva em consideração o impacto das mudanças tributárias no Rio e em São Paulo, onde a tributação total sobre revólveres e pistolas é, respectivamente, de 75,5% e 63,5%. São três os **impostos** que incidem sobre armas e munições, dois federais, IPI e PIS/Cofins, e um estadual, o ICMS, cuja alíquota se diferencia na federação.

O governo Jair Bolsonaro reduziu o IPI sobre revólveres e pistolas de 45% para 29,5%. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogou muitos decretos liberalizantes do mercado de armas, mas não a redução de **impostos**, e agora se depara com a perspectiva de ver a tributação sobre o setor despencar.

O tema passou despercebido no acelerado grupo de trabalho da Câmara, onde muito se discutiram a questão federativa, o conselho gestor do imposto unificado e a tributação sobre educação, saúde e transporte, mas não o impacto sobre o preço das armas.

Foi na madrugada de 7 de julho, durante a negociação das concessões que garantiram o placar folgado de aprovação, que as armas encontraram uma brecha que pode tirá-las da sobretaxação e colocá-las à sombra de um regime especial de tributação reduzida.

A inclusão do inciso que garantiu a redução da alíquota foi feita por uma emenda apresentada em plenário, pouco antes da votação, dos deputados André Figueiredo (PDT-CE) e Antonio Brito (PSD-BA), como líderes de seus blocos partidários que, além de seus partidos, reúnem quase a totalidade da Câmara (União, PP, PSDB, Cidadania, PSB, Avante, Solidariedade, Patriota, MDB, Republicanos, Podemos, PSC).

Renata Mendes, que lidera o movimento Pra Ser Justo, acompanhou a votação madrugada fora. Diz que o texto com este inciso entrou no sistema às 21h43. Foi votado uma hora e meia depois sem que os parlamentares conhecessem o inteiro teor e o significado do que estavam a cancelar.

O relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), se limita a dizer que a alíquota sobre armas ficou para ser definida em legislação complementar que tratará dos setores sobre os quais incidirá o

"imposto seletivo", com alíquotas superiores à básica.

Na prática, porém, o texto aprovado não facilita a inclusão de armas e munições nesta sobretaxação, tanto que a equipe da Fazenda tem discutido com senadores uma mudança no texto.

Com a unificação do IVA, abriram-se exceções para sobretaxar uns produtos e isentar outros. As armas se abrigaram na segunda hipótese. É o que diz parecer de duas advogadas, Luiza Menezes e Daniela de Oliveira, que embasa o estudo do Sou da Paz e Öxfam e mostra a rota para o éden tributário das armas.

O texto aprovado na Câmara restringe a sobretaxação a produtos que afetem a saúde e o meio ambiente sem fazer qualquer menção àqueles que ameaçam a integridade física e a vida.

A redação, na percepção das advogadas, não garante a inclusão de armas e munições neste capítulo.

Sem abrigo para permanecer sobretaxado, o setor cairia na vala comum da tarifa do imposto unificado que a Fazenda estima em torno de 25%, alíquota que pode crescer a depender do número de exceções a serem abertas até o fim da tramitação.

Foi uma delas que abriu uma brecha para as armas. Incluiu-se, no artigo 9, uma lista de bens e serviços que podem ter redução de alíquota de 60%. É neste rol que, em igualdade de condições com saúde e educação, entraram agrotóxicos e armas. A brecha para armas mais baratas entrou no último inciso do primeiro parágrafo do artigo: "Bens e serviços relacionados a segurança e soberania nacional, segurança da informação e segurança cibernética".

E aí se explica a conta que abre este texto. Se armas e munições não poderão ser sobretaxadas, cairiam na vala comum do IVA, com uma alíquota de cerca de 25%. Já seria uma redução gigantesca em relação à atual taxa, mas o texto foi mais generoso ainda e, sobre esta alíquota, garantiu um desconto de 60%.

É assim que se chega aos 10% que podem resultar como o imposto efetivo do setor, capaz de derrubar o valor de uma pistola Taurus de R\$ 4,2 mil para R\$ 2,6 mil.

É improvável que o artigo tenha sido incluído em prol da defesa e da segurança públicas se as compras da administração pública direta e de suas autarquias já têm isenção garantida em outro artigo da reforma (156-A).

Não parece haver dúvidas de que o texto saiu da Câmara com os generosos benefícios para a aquisição

privada de armas e munições por obra, graça e pressão de um conjunto de interesses que não se arrefeceram com a saída de Jair Bolsonaro do poder.

Mobilizaram-se a bancada ruralista, cuja base ganhou licença para se armar, não revogada por este governo, e quer baratear o custo de aquisição de armamento, os caçadores, atiradores e colecionadores, os CACs e expoentes da "Frente Parlamentar pela Defesa e Valorização dos Profissionais de Segurança Pública e da Segurança Privada" lançada concomitantemente à aprovação da **reforma tributária** na Câmara.

O movimento que se consolidou na madrugada do dia 7 de julho na Câmara passou ao largo do Ministério da Justiça, onde se concentram as iniciativas para redução do arsenal de armas em mãos de pessoas físicas.

Há uma afronta constitucional evidente na isenção tributária de armas apontada na nota técnica das entidades. A integridade física e a proteção a vida são princípios tutelados pela Constituição a serem resguardados pela tributação.

A nota já circula em gabinetes do Senado, e a mudança pode vir a ser acolhida por um parlamentar da base governista.

Outra hipótese é que vá parar diretamente no substitutivo do relator da reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), para não indispor os proponentes com os setores que defendem o texto herdado de Câmara.

Num recurso extraordinário de 2009, o Supremo Tribunal Federal avalizou a constitucionalidade de uma lei estadual do Rio que elevou para 200% a alíquota do ICMS incidente sobre armas de fogo e munições.

"O tributo cumpre, na espécie, uma função extrafiscal: desestimular a compra de armas esperando-se, com isso, reduzir o nível de violência no estado.

(...) Logo, produtos ou serviços que não sejam essenciais, como é o caso das armas para a população em geral, podem sofrer a incidência de carga tributária mais elevada", disse o relator, Eros Grau, hoje ex-ministro da Corte.

Dado o grau de animosidade que hoje preside as relações entre Congresso e Supremo, seria preferível que a reoneração de armas e munições não abrisse outra frente de batalha. Mas isso só será possível se o Senado se dispuser a mudar o texto da Câmara.

Esta é aposta de interlocutores da Fazenda.

A avaliação de um deles, envolvido na negociação, é que o arranjo derivou da correlação de forças da Câmara, desfavorável ao Executivo, e que a brecha para mudança é o Senado.

Esta avaliação é anterior à aprovação, nesta Casa, do marco temporal das terras indígenas, que sinalizou uma inflexão dos senadores em relação ao Executivo. O Senado de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) sempre foi considerado uma Casa mais governista que a Câmara de Arthur Lira (PP-AL).

Dois deputados acabaram de entrar na Esplanada dos Ministérios, Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e André Fufuca (Esportes), mas nem tudo no comportamento dos senadores se explica pelo ciúme.

Fica cada vez mais claro, na Casa, que o ex-presidente Jair Bolsonaro se inviabilizou eleitoralmente mas seu eleitorado permanece fiel aos mesmos valores que o moveram. Por isso, as pautas das bancadas do boi, da bala e da bíblia permanecem em alta.

Isso inclui o senador Rodrigo Pacheco, que parece ter sido preterido pelo governo para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal, que chegou a almejar, e hoje está "condenado" a buscar seja uma reeleição ao Senado, seja o governo do Estado, em 2026.

A alegação se concentra nas dificuldades evidentes de se enfrentar a resiliência do bolsonarismo em Minas, confirmada, no ano passado, pela reeleição do governador Romeu Zema e pela ascensão de fenômenos eleitorais como o deputado Nikolas Ferreira (PL) e o senador Cleitinho (Republicanos).

Ao contrário de temas como aborto ou liberalização da maconha, porém, o acesso facilitado a armas é pauta que não agrega o bolsonarismo. Há brechas a serem exploradas, por exemplo, entre as mulheres pentecostais, para evitar que a insensatez aja em bloco.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187680>

Dólar em alta, Ibovespa em queda: entenda por que o Fed precisou dar banho de água fria no mercado

Por Bruna Miato, g1

Desde o último dia 27, o dólar voltou a operar acima do patamar de R\$ 5. O caldo azedou porque o Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos, renovou as sinalizações de que deve manter os juros do país elevados por mais tempo, sendo que as taxas já estão nos maiores patamares em 22 anos.

O Fed trava uma longa batalha contra a **inflação** americana, que está em 3,7% na janela de 12 meses - acima da meta da instituição, de 2%. Além disso, o mercado de trabalho dos EUA continua aquecido, gerando sucessivamente mais vagas do que as projeções apontam. É um cenário que coloca mais dinheiro na mão da população e renova a pressão nos preços.

Há um quê de frustração mais intensa entre os investidores porque havia, meses atrás, a expectativa de que o Fed pudesse sinalizar alguma redução nas taxas. O reforço de que os juros (no mínimo) permanecerão na faixa de 5,25% e 5,50% ao ano fez os analistas recalcularem rota.

O resultado: os títulos públicos americanos se valorizaram, atraíram o fluxo de investimentos e, por consequência, a moeda norte-americana ganhou força contra as demais.

Em relação ao real, o dólar já subiu quase 5% em um mês. Comparado ao menor patamar deste ano, em 26 de julho, a valorização é de 9%.

O clima de possível recessão à frente, causada pelos juros altos, renovou a aversão ao risco. O Ibovespa, principal índice acionário da bolsa de valores brasileira, a B3, também sofreu. O indicador caiu mais de 3% em um mês. Desde sua máxima no ano, também em julho, já despencou mais de 7%.

Ruim para o Brasil

O momento difícil acontece depois de um começo de ano que foi marcado pelo otimismo para os ativos brasileiros. O dólar ficou abaixo dos R\$ 5 por quatro meses, enquanto o Ibovespa viveu um bom período de

valorização, chegando aos 122 mil pontos.

Mas a festa começou a dar sinais de que está chegando ao fim. Desde o ano passado, o Fed vem promovendo uma série de aumentos em suas taxas básicas de juros, um movimento que estava mapeado pelo mercado. A **inflação** americana saiu da casa dos 9% em 12 meses para os 3%, mas segue persistente e acima da meta.

O Fed foi cauteloso no processo, mas as últimas medições de dados econômicos dos EUA fizeram com que a diretoria engrossasse o discurso. Além de indicar que não estava satisfeito com a persistência dos preços, o órgão não descartou novas altas de juros para os próximos meses.

O futuro ainda nebuloso movimentou o fluxo de investimentos para ativos mais seguros, derrubando as bolsas no mundo inteiro. Os títulos do Tesouro americano, chamados de Treasuries, que entregam boa rentabilidade e segurança, acabaram sendo os preferidos, uma vez que a rentabilidade dos papéis de 10 anos foram para os maiores patamares em 15 anos.

Por que o mercado está olhando tanto para os juros americanos?

Os títulos públicos dos Estados Unidos em bom patamar de rentabilidade sempre saem favorecidos em momentos de maior incerteza econômica. E, desde o último ano, os juros americanos saíram de um patamar próximo de zero para as maiores taxas em cerca de duas décadas.

Charbel Zaib, economista-chefe da Arcani Investimentos, destaca que a renovação das incertezas econômicas moveu a projeção de um corte nos juros americanos para perto do segundo semestre de 2024. E como esse não era o cenário que estava no radar no começo do ano, há uma mudança no fluxo de investimentos.

O economista-chefe da Suno Research, Gustavo Sung, comenta que, no início de 2023, o mercado acreditava que o Fed não precisaria manter as taxas

elevadas por tanto tempo, porque logo teriam o efeito desejado no controle da **inflação**. E também não foi isso o que aconteceu.

O problema, como diz o analista de investimentos Vitor Miziara, é que, quanto mais tempo uma economia fica com os juros elevados, maiores são as chances de que seja atingida por uma recessão econômica, já que as taxas altas levam a uma redução no consumo da população e nos investimentos das empresas.

Assim, com esse combo de juros altos fazendo disparar o rendimento dos títulos públicos americanos, ao mesmo tempo em que boa parte do mercado já enxerga chances de uma recessão, as últimas semanas foram marcadas por um movimento de saída dos ativos de risco e alta procura pelas Treasuries.

O Brasil tem algum papel nesse movimento ruim para o mercado?

O ano de 2023 também começou positivo para o Brasil. Sung, da Suno, destaca que Fernando Haddad, ministro da Fazenda, surpreendeu positivamente com uma boa articulação e pautas importantes andaram no Congresso Nacional, como a aprovação do novo arcabouço fiscal e a tramitação da **reforma tributária**.

A visão ficou mais negativa nos últimos meses, principalmente com a preocupação com o cenário fiscal do país. Vitor Miziara destaca que a dificuldade do governo em aumentar a arrecadação federal e os crescentes gastos evidenciam o rombo das contas públicas e afastam a promessa de que o país terá déficit zero no próximo ano.

Esse risco também pesa sobre os negócios brasileiros, principalmente em um momento em que os títulos tidos como os mais seguros do mundo estão entregando bons rendimentos.

Os especialistas ressaltam, porém, que, mesmo que o cenário interno contribua para a desvalorização de moeda e bolsa brasileiras, o maior impacto vem, justamente, dos Estados Unidos.

O maior indicativo disso é que, com toda essa expectativa pelos juros altos na maior economia do mundo, não foi só o mercado brasileiro que sofreu com um ajuste. Os próprios indicadores americanos já caíram bastante, e os analistas dizem que ainda podem cair mais no curto prazo.

O que vem pela frente?

Zaib, da Arcani, considera que as taxas americanas não devem surpreender mais e subir até o patamar dos 6%. Isso porque a **inflação** de 12 meses nos

Estados Unidos já ronda os 3% e está mais próxima da meta da instituição, que é de 2%.

Assim, a não ser que o Fed promova novos aumentos inesperados, uma estabilidade dos juros altos por vários meses já está sendo precificada pelo mercado. Isso evitaria mais uma sequência de quedas muito fortes para os ativos de risco, pontua Gustavo Sung.

Neste contexto, os especialistas não esperam uma desvalorização ainda maior da bolsa brasileira e do real. Mas também não há previsão de que devam disparar enquanto os títulos americanos estiverem com bons rendimentos.

Miziara comenta que, com os juros ainda altos nos Estados Unidos, fica cada vez mais interessante para o investidor manter o dinheiro em dólar, recebendo taxas altíssimas do Tesouro americano, que além de ser o porto seguro em época de crise ou incertezas, passa a ser um bom investimento pelos juros em patamares não vistos desde 2007 .

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/10/06/dolar-em-alta-ibovespa-em-queda-entenda.ghtml>

PEC para alterar regras do STF é negociada com membros da Corte

Por Julia Duailibi

O Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) estão negociando uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para alterar as regras da Corte. A informação foi confirmada por aliados do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A ideia é que a proposta venha de fora para dentro do Congresso e trate de temas como:

A expectativa é a de que um jurista seja escolhido para dar andamento na proposta, como o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). A PEC deve ser discutida somente após a **Reforma Tributária**. Ou seja, a tramitação deve ficar para o fim do ano.

Rodrigo Pacheco e Davi Alcolumbre (União-AP) têm mantido contato direto com os ministros do Supremo e conversado com eles diariamente. A ideia é chegar a um texto comum.

Integrantes do STF acham muito difícil passar a tese do mandato, mas alguns avaliam que esse ponto poderia ser aprovado se começasse a valer para os futuros nomeados para Corte, deixando de fora quem já ocupa o cargo.

Para o STF, a negociação da PEC é importante para se ter algum tipo de controle no processo, além de sinalizar para sociedade que o tema está aberto para discussão.

A PEC, para ser aprovada, também precisa passar pela Câmara, o que dependeria de uma negociação com Arthur Lira (PP-AL).

Na quarta-feira (4), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou uma PEC que altera regras para decisões individuais de ministros do STF e, também, coloca prazos para pedidos de vista. Esses dois pontos, no entanto, já foram alvos de mudanças no regimento da própria Corte.

Já nesta quinta-feira (5), Pacheco disse que vai dar andamento à proposta aprovada na CCJ: É uma discussão que vamos submeter ao colégio de líderes e, na sequência, ao plenário, para entendimento da maioria e decidir sobre isso .

O avanço da proposta ocorreu em meio a embates entre o próprio Congresso e o STF, como o marco temporal.

O embate entre o Congresso e o STF atende, de certa maneira, Alcolumbre, que quer se candidatar para a Presidência do Senado em 2025 e precisa do apoio da oposição na Casa. Para alguns senadores, a pauta de enfrentamento ao STF é bem-vinda.

Embora o discurso para o público tenha sido de algum enfrentamento, nos bastidores, Alcolumbre e Pacheco têm mantido contato frequente com os ministros do STF.

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/julia-duailibi/post/2023/10/06/pec-para-alterar-regras-do-stf-e-negociada-com-membros-da-corte.ghtml>

Haddad levará propostas reformistas de Lula a reunião de FMI e Banco Mundial, como revisão de dívidas de países

Depois dos discursos proferidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em vários fóruns internacionais ao longo de 2023, na tentativa de se tornar o porta-voz da agenda das nações em desenvolvimento, agora o governo brasileiro se prepara para levar uma pauta progressista para a reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial , no Marrocos, semana que vem.

O Brasil terá como principal representante o ministro da Fazenda, Fernando Haddad , que, ao lado do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, defenderá o aumento da participação dos países emergentes nos organismos multilaterais, uma posição histórica da diplomacia brasileira.

Haddad levará como mensagem os três pilares desenhados para a política externa do terceiro mandato de Lula: o desenvolvimento sustentável nas esferas social, ambiental e econômica; a revisão das dívidas de países em crise; e a reforma da governança mundial.

São temas que serão tratados em um discurso de dez minutos que ele fará em um encontro de ministros da Fazenda e presidentes dos bancos centrais do G20 (grupo formado pelas maiores economias do mundo), paralelamente à reunião anual do FMI e do Banco Mundial.

A reunião de Marrakesh será realizada de 9 a 16 de outubro. Porém, a previsão é que o ministro da Fazenda embarque para a cidade marroquina no dia 10, terça-feira. O encontro do G20 acontecerá nos dias 12 e 13.

De acordo com interlocutores do governo ouvidos pelo GLOBO, o discurso de Haddad terá um tom mais político do que técnico, com um passo à frente no processo de reposicionamento do Brasil no cenário internacional. O ministro falará como representante de um país que assumirá, oficialmente, a presidência do G20, em 1º de dezembro.

Na avaliação do governo brasileiro, o multilateralismo está em crise em todas as áreas. O Conselho de Segurança não apresentou soluções para um acordo

de paz entre Rússia e Ucrânia, a Organização Mundial do Comércio (OMC) está paralisada e os bancos internacionais estão na berlinda.

Nesse cenário, o Brasil está bem posicionado, pois não é um grande devedor e vem apresentando resultados positivos, como a queda de 48% no desmatamento da Amazônia nos oito primeiros meses do ano.

Além das propostas de política externa, Haddad também falará sobre a situação doméstica, como o novo Orçamento, o arcabouço fiscal, a **reforma tributária** e propostas em andamento no Congresso brasileiro. A mensagem é que o Brasil está colocando a casa em ordem.

Um integrante da área econômica disse que há uma fila de pedidos de bilaterais de autoridades estrangeiras com o titular da Fazenda brasileiro, mas a lista está sendo fechada.

Otaviano Canuto, membro sênior do Policy Center for the New South e ex-vice-presidente do FMI, destaca que, no caso do Fundo, haverá uma discussão sobre o arcabouço que foi montado para a reestruturação de dívidas de países que estão em uma situação insustentável.

Outro ponto é a renovação das cotas do FMI, para dar mais espaço aos emergentes. E, no caso do Banco Mundial, há uma reivindicação para o aumento de capital.

- Estados Unidos, Japão e os países europeus resistem à ideia de diminuição do peso deles - diz Canuto.

Mestre em Relações Internacionais pela London School of Economics, Nelson Franco Jobim afirma que, hoje, o grande desafio é aumentar a voz e o voto dos países emergentes, especialmente os grandes, como China, Índia, Brasil e Indonésia.

Ele avalia que a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, o banco do Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), é uma

resposta à falta de reforma no sistema.

- É uma instituição-espelho do Banco Mundial. Não indica uma intenção da China de destruir o sistema, mas de exigir uma participação à altura de sua importância econômica - ressalta.

Os principais temas da reunião de Marrakesh são: construir resiliência econômica; promover reformas transformacionais para estimular a inclusão e a diversidade; combater o desafio existencial da mudança do clima e apoiar a digitalização; e revigorar a cooperação internacional.

Há alguns meses, a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, defendeu acrescentar às funções do Banco Mundial o fomento da "resiliência às mudanças climáticas, às pandemias e aos conflitos como missões centrais. A instituição destina 35% de seus recursos ao clima.

- O risco, do ponto de vista dos EUA e da Europa, não é apenas ter menos recursos para combater a pobreza, mas deixar um vácuo a ser preenchido pela China - afirma Jobim.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/10/06/haddad-levara-propostas-reformistas-de-lula-a-reuniao-de-fmi-e-banco-mundial-como-revisao-de-dividas-de-paises.ghtml>

Regimes Especiais fortalecem a economia brasileira (Artigo)

GUSTAVO FELIZARDO

A recente divulgação pelo Ministério da Fazenda sobre os benefícios fiscais aduaneiros abre uma excelente oportunidade para que a sociedade compreenda a importância desse recurso para a geração de riqueza no Brasil. Assim como aconteceu em outros países, a evolução desses benefícios ao longo das décadas foi fundamental para estimular a geração de empregos e aumentar a competitividade da indústria nacional.

Uma análise criteriosa e aprofundada desmistifica a ideia de que os regimes especiais significam renúncia fiscal para beneficiar apenas grandes grupos econômicos. Sem essa ferramenta, muitas empresas se tornariam inviáveis, e o resultado seria o enfraquecimento do parque industrial brasileiro.

Na prática, os regimes especiais carregam justificativas nobres, como o estímulo à indústria local, que passa a ter condições de fabricar ou processar dentro do país determinados produtos. Obviamente, esses regimes especiais estão sujeitos a regras estritas e controle aduaneiro para evitar abusos ou evasão fiscal. As empresas que se beneficiam desses regimes devem cumprir os requisitos estabelecidos pelas autoridades aduaneiras, o que torna mais seguro o controle de mercadorias no Brasil.

Ao conceder um tratamento diferenciado aos procedimentos aduaneiros, reduzindo a burocracia para empresas envolvidas no comércio internacional, os regimes especiais também contribuem para a redução do chamado "custo Brasil". A expressão é usada para se referir a um conjunto de dificuldades que atrapalham o crescimento do país e influenciam negativamente o ambiente de negócios. Estimativas do Portal da Indústria apontam que Custo Brasil retira R\$ 1,5 trilhão por ano das empresas instaladas no país, representando 20,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Atualmente diversos Regimes Especiais estão em vigor no país. O primeiro deles, conhecido como Entrepósito Industrial, foi criado em 1956, e passou a permitir a importação de insumos para a produção de bens destinados à exportação. Em 1970 foi introduzido no país o Drawback, um dos regimes mais importantes para o comércio exterior brasileiro que suspende os **impostos** da importação para a produção de bens a

serem exportados. Posteriormente, no início dos anos 2000, o Brasil introduziu o regime REPETRO, que se concentra na importação e exportação de bens destinados à exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos.

Importante lembrar que na década de 90 surgiram diversos Regimes Especiais, entre eles o RECOF, que oferece uma ferramenta moderna e eficiente para empresas envolvidas em processos produtivos, permitindo a importação de insumos com suspensão de **impostos** para a produção de bens a serem posteriormente exportados. Este regime desempenha um papel significativo na geração de empregos no Brasil, estimulando a atividade econômica, atraindo investimentos e promovendo o desenvolvimento de setores estratégicos da economia.

De acordo com dados do governo, mais de 120 grupos econômicos utilizam o RECOF. Somente em 2023, esses grupos exportaram mais de 12 bilhões de dólares. Vale destacar que a maior parte dessas exportações atende à demanda do mercado brasileiro. Mais de 80% das admissões realizadas sob o regime com a suspensão dos **impostos** foram destinados a venda no mercado interno e tiveram os seus **impostos** recolhidos de acordo com as normas vigentes, em cima do valor de 12 bilhões de dólares movimentados.

Além disso, esses grupos econômicos geram mais de 2.1 milhões de empregos diretos e indiretos, o que reforça a importância do Recof na distribuição de riqueza e no desenvolvimento sustentável da indústria brasileira em diversos setores. O regime promove a instalação de grandes grupos econômicos, impulsionando a demanda por profissionais qualificados e reduzindo os custos operacionais das empresas, tornando-as mais competitivas e propensas a expandir suas operações.

A história nos mostra, portanto, que os regimes especiais foram fator estruturante da economia brasileira. Interpretá-los como um peso aos cofres públicos seria negar a importância de criar condições para a sobrevivência do setor produtivo, que emprega, gera renda e inovação.

GUSTAVO FELIZARDO, diretor de Value Proposition da Becomex. Formado em Sistemas de Informação (Tecnologia) e com MBA em Gestão de Projetos pelo

IBTA

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/5111/06-10-2023.html?all=1>

Exportação acelera, mas importação já preocupa

Em meio à demanda doméstica fraca, o que vem segurando o setor de máquinas e equipamentos neste ano são as exportações, afirma José Velloso, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Por outro lado, as importações crescentes acendem um alerta para fabricantes domésticos.

Segundo dados compilados pela Abimaq, o Brasil exportou R\$ 12,2 bilhões em máquinas e equipamentos em 2022, próximo ao recorde de R\$ 12,3 bilhões de 2012. Neste ano, o total deve chegar a R\$ 13,5 bilhões.

De janeiro a agosto deste ano, os principais itens de bens de capital exportados pelo Brasil foram: reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e elétricos, automóveis, tratores, aeronaves e aparelhos espaciais.

Velloso argumenta, contudo que esses números poderiam ser maiores e atribui a eles falta de crédito e seguro para exportação de máquinas, o que seria uma desvantagem do Brasil em relação a outros produtores.

"Menos de 1% do que exportamos tem financiamento. O governo anterior desestruturou o Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) e o sistema de seguro de crédito à exportação (SCE)", afirma.

"Máquina é algo que alguém compra para aumentar a produtividade com confiabilidade. Se exportamos, é porque temos tecnologia, porque o Brasil está bem posicionado no mercado de máquinas, e porque o mercado nos enxerga como importante." Nesse sentido, ele afirma, desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar exportações de bens produzidos pelo Brasil seriam bem-vindos.

"Tivemos dois ou três casos de default, e isso foi usado politicamente para demonizar o apoio a exportações de serviços e máquinas.

Qual banco de fomento do mundo não financia exportações?

Não existe", afirma. "Se é importante vender minério

de ferro e celulose, por que não bens de valor agregado que geram divisas, empregos e [arrecadação de] **impostos** para o Brasil?" Por outro lado, afirma Cristina Zanella, diretora-executiva de competitividade, economia e estatística da Abimaq, a importação de maquinário tem crescido. "A importação é importante porque afeta vários segmentos da economia.

Enquanto a venda de máquinas para o mercado doméstico caiu 13% de janeiro a agosto, as importações cresceram 13,8% no período", diz. "É um movimento que acende o alerta para o setor." De janeiro a agosto, dentre os principais itens de bens de capital que o Brasil importou estão: reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, aparelhos de gravação ou de reprodução de som ou de imagens e automóveis. (MG)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187680?page=1§ion=1>

Diretor do Banco Central vê inflação "resiliente"



O diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou que a **inflação** no Brasil tem se mostrado mais resiliente do que se esperava. Ele classificou a alta dos preços no país como benigna, mas com uma persistência que surpreendeu a autoridade monetária, e reforçou que as expectativas de **inflação** seguem parcialmente desancoradas, afastadas da meta central de 3% fixada para os próximos anos.

Galípolo mencionou indicadores como serviços subjacentes e o mercado de trabalho, que também se mostra bastante resiliente, mas destacou que há espaço para o BC ajustar o ritmo de contração da taxa básica de juros (Selic), sem tirá-la da zona contracionista.

"A situação do Brasil hoje é que temos espaço para ajustar o nível de contração da política monetária, permanecendo na zona contracionista para levar a **inflação** à meta, mas ajustando esse nível de contração dado o próprio comportamento da **inflação**, que caiu e fez o juro real subir", disse, durante evento de fundos imobiliários, em São Paulo.

As falas do diretor vão ao encontro às do presidente do BC, Roberto Campos Neto. O ritmo de queda de juros foi alvo de diversas críticas por parte do governo, do qual Galípolo fazia parte, até junho, como secretário do Ministério da Fazenda. Galípolo declarou que o Banco Central não discute a meta da **inflação**, "apenas persegue a meta" e disse que a autoridade monetária tem que percorrer uma "última milha" para conseguir a reancoragem total da **inflação** para dentro da meta.(RG)

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/5111/06-10-2023.html?all=1>

Barroso elogia Lula e FHC, e propõe "parceria institucional" entre os Poderes

GABRIEL HIRABANASI IANDER PORCELLA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, defendeu ontem que os três Poderes devem ser "parceiros institucionais" e que a Constituição Federal permitiu uma independência entre eles.

"O Executivo voltou ao tamanho normal, o Legislativo retomou espaço decisivo na democracia e o Judiciário viveu momento importante de ascensão institucional. Não existem Poderes hegemônicos, somos todos parceiros institucionais pelo bem do Brasil", disse o presidente do STF.

Em discurso no Congresso Nacional durante sessão de homenagem aos 35 anos da promulgação da Constituição, Barroso destacou como uma das conquistas da Carta Magna a "estabilidade institucional".

O presidente do STF citou como outras duas conquistas a estabilidade monetária e o combate à extrema pobreza.

Primeiro, quando se referiu à estabilidade monetária, citou o Plano Real e disse que a **inflação** antigamente "penalizava as pessoas mais pobres".

Em seguida, homenageou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. "Segunda grande conquista que merece ser destacada é a estabilidade monetária.

Sabemos os dias tormentosos que vivemos de **inflação** que chegava a até 5.000% e com isso penalizava as pessoas mais pobres. Até que a partir de 1994, com o Plano Real, conquistamos estabilidade monetária e aqui merece uma homenagem o presidente Fernando Henrique Cardoso, que pôde conduzi-la", disse.

Depois, elogiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo combate à extrema pobreza, uma das marcas de seus primeiros dois mandatos. "Apesar de algum retrocesso nos últimos anos, essa é uma realização importante, que tem como símbolo o Bolsa Família. E aqui merece uma homenagem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva", completou.

RECADO. A relação entre Congresso e Judiciário está

esgarçada.

Nesse contexto, o presidente da Câmara, Arthur Lira, que também estava na sessão solene, mandou um novo recado ao Judiciário.

"Os Poderes devem ser freios e contrapesos. Um Poder não pode ser a bigorna e outro o martelo dos outros.

Como servo fiel da carta magna, cada Poder, cada autoridade, cada servidor público deve agarrar-se com vigor às suas competências, jamais as recusando, jamais avançando sobre as competências alheias", declarou Lira.

Pilares

Ministro aponta estabilidade institucional e monetária e combate à pobreza como conquistas do País

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Por emendas, Tarcísio busca encontro com parlamentares



MARCELO S. CAMARGO/GOVERNO DO ESTADO DE SP-4/9/2023

Tarcísio: em busca de alinhamento de propostas para emendas

ZECA FERREIRA

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), está iniciando uma estratégia de aproximação com os deputados federais e senadores do Estado, com o objetivo de turbinar o orçamento do Estado para 2024 com recursos das emendas parlamentares.

Tarcísio enviou na segunda-feira a proposta de lei orçamentária, com uma previsão de gastos de R\$ 328 bilhões, 3,16% acima do valor de 2023.

Como parte desse esforço, o governador receberia parlamentares ontem à noite em um jantar, no Palácio dos Bandeirantes.

Todos os deputados federais e senadores do Estado foram convidados. De acordo com parlamentares, a proposta era discutir as emendas, uma vez que o Orçamento da União está em discussão no Congresso Nacional. O governador pretende convencer os congressistas a direcionarem as emendas federais para projetos de interesse da sua gestão.

Parlamentares afirmam que o encontro também é uma demanda da bancada federal.

Com isso, deputados e senadores de diferentes matizes ideológicas, como Marcos Pereira (Republicanos), Kim Kataguirí (União Brasil), Orlando Silva (PCdoB) e Vicentinho (PT), teriam a oportunidade de se reunir com o governador e com secretários de

Estado, como o da Casa Civil, Arthur Lima (PP) e o de Relações Institucionais, Gilberto Kassab (PSD).

PROPOSTA. Conforme o projeto de lei enviado para a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) na segunda-feira, o governo do Estado planeja ter déficit zero em 2024. Com isso, a arrecadação deve ser igual aos R\$ 328 bilhões previstos como despesa no próximo ano. Embora haja previsão de aumento nos gastos, esse crescimento deverá ser superado pela **inflação**, que, de janeiro a agosto, já chegou a 3,23%.

As despesas com encargos especiais cresceram R\$ 8,3 bilhões, a maior elevação em todas as áreas de um ano para o outro. De acordo com a Secretaria de Fazenda e Planejamento, a alta é puxada pelo serviço da dívida pública paulista (aumento de R\$ 2,9 bilhões), com as transferências constitucionais para os municípios (R\$ 3,5 bilhões) e o pagamento de precatórios (R\$ 600 milhões).

Também houve aumento na despesa com o Judiciário.

A previsão é que serão gastos R\$ 4,5 bilhões a mais no ano para pagar os servidores ativos e inativos do Tribunal de Justiça, devido ao aumento do teto do Supremo Tribunal Federal e o reajuste salarial de 6% para os servidores.

Bancada federal Congressistas dizem que aproximação também era demanda da bancada federal do Estado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para FMI, volta repentina da inflação pode apertar "condições financeiras"

ALINE BRONZATI

A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, alertou ontem para o risco de o ressurgimento repentino da **inflação** apertar ainda mais as condições financeiras, impactando duramente os mercados e as economias.

"Graças às ações decisivas dos bancos centrais e a políticas fiscais responsáveis, a **inflação** está diminuindo na maioria dos países, mas é provável que permaneça acima da meta para alguns países até 2025", disse Georgieva, em discurso de abertura das reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial, na Costa do Marfim.

Ela reforçou o discurso dos bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa de que, para que se vença a luta contra a **inflação**, as taxas de juros terão de permanecer elevadas durante um prazo mais longo.

"Isso é fundamental para evitar uma flexibilização prematura da política (monetária), dado o risco de ressurgimento da **inflação**", disse a diretora-gerente do FMI.

Estudo do Fundo publicado nesta semana mostra a crescente importância das expectativas de **inflação** como motor dos aumentos de preços.

Nele, inclusive, o organismo elogia a decisão do Brasil de adotar uma meta de **inflação** contínua no lugar do modelo ano-calendário.

Nesse contexto, Georgieva disse que os bancos centrais precisam comunicar claramente os seus objetivos para ajudar a moldar a opinião das pessoas sobre a **inflação**. E mencionou ainda sua responsabilidade quanto à manutenção da estabilidade financeira.

"Mas uma rápida reavaliação dessas perspectivas, com o ressurgimento repentino da **inflação**, poderá levar a um forte aperto das condições financeiras, afetando duramente os mercados e as economias", afirmou.

A diretora-gerente do FMI chamou atenção ainda para "riscos significativos" do lado fiscal. "Um quinto das

economias emergentes e mais de metade dos países de baixo rendimento continuam em elevado risco de crise de dívida", afirmou.

GOVERNANÇA. De acordo com Georgieva, outro estudo do FMI mostra a importância da melhoria na governança e na capacidade do Estado para contribuir com um crescimento econômico inclusivo. Tal análise aponta que um pacote de reformas centrado na redução da burocracia, na melhoria da governança e na redução das restrições comerciais poderia aumentar o Produto Interno Bruto (**PIB**) de países emergentes e em desenvolvimento em 8% em quatro anos, conforme ela.

Por fim, Georgieva disse que os países-membros deveriam reforçar seus repasses à entidade. O organismo tem recebido críticas sobre a necessidade de passar por uma reforma, que vêm do próprio Brasil e ainda da Argentina - que tem dívidas bilionárias com o Fundo: "Um FMI forte e com recursos adequados também significa um FMI que responde melhor às necessidades das economias emergentes e em desenvolvimento."

"Um quinto das economias emergentes e metade das vulneráveis continuam em elevado risco de crise de dívida" Kristalina Georgieva Diretora-gerente do FMI

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Estrangeiros retiram quase R\$ 12 bi da B3

JENNE ANDRADE

O fluxo de investimentos estrangeiros na Bolsa brasileira (B3) foi negativo em R\$ 11,9 bilhões nos últimos dois meses - considerando as compras e as vendas de ações feitas no mercado secundário (ações já listadas) e em novas ofertas de capital, sejam elas iniciais (IPOs) ou subsequentes (follow on).

Em agosto, houve saída líquida de R\$ 10,4 bilhões, ante R\$ 1,5 bilhão de setembro.

No acumulado do ano, a movimentação dos estrangeiros ainda é positiva em R\$ 20 bilhões - mas o saldo é 77% menor do que o registrado em igual período de 2022.

A principal explicação para a saída dos estrangeiros da Bolsa brasileira é a situação dos EUA, principal economia do mundo, onde ainda há muitas dúvidas sobre os rumos da política monetária.

A **inflação** americana chegou a acumular alta anual de 9,1% no ano passado (junho de 2021 a junho de 2022), a maior em mais de 40 anos.

Para conter o avanço recorde dos preços, o Federal Reserve (Fed, banco central americano) passou a subir os juros no país - que passaram de 0,25%, em março de 2022, para o intervalo entre 5,25% e 5,5% ao ano atualmente, maior nível em 22 anos.

Apesar de ter recuado para uma variação de 3,5% nos últimos 12 meses (agosto de 2022 a agosto de 2023), a **inflação** americana ainda está fora da meta, de 2%. E na última reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, equivalente ao Comitê de Política Monetária brasileiro), em 20 de setembro, as autoridades deixaram clara a possibilidade de novas elevações nos juros.

PARTICIPAÇÃO. Essa fuga de capital externo preocupa, já que os estrangeiros representam 53% dos investidores da B3.

"Eles têm uma grande participação no mercado local, e as movimentações deles acabam fazendo preço (impactando o Ibovespa), tanto para o bem quanto para o mal", diz Ricardo Jorge, sócio da Quantzed.

Desde o início de agosto, quando o fluxo de recursos estrangeiros se inverteu, o Ibovespa vem devolvendo boa parte da valorização que tinha no ano.

De janeiro a julho, havia subido 11%, aos 121,9 mil pontos, e somente em agosto perdeu 5,09%.

Em setembro, mais 0,71%. Com perda de 2,81% nos primeiros pregões de outubro, o ganho do ano caiu a 3,24%. Pesa também sobre as perdas do Ibovespa a saída de investidores brasileiros, tanto institucionais quanto pessoa física. Dados de agosto da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) mostram que os fundos de ações acumulam perda de R\$ 39,7 bilhões em 2023.

Peso Estrangeiros representam 53% dos investidores da B3, a Bolsa de Valores brasileira

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Maioria de empreendedores ganha até 2 mínimos

VICTORIA ABEL E MAYRA CASTRO

Na semana do Dia do Empreendedor, comemorado ontem, uma pesquisa do Sebrae mostra o perfil dos donos de negócios no Brasil. Os dados apontam que a maior parte dos empreendedores brasileiros, 68%, têm renda de até dois salários mínimos. São quase 20 milhões de empreendedores com essa renda. O Brasil tem, no total, 29,3 milhões de empresários. Desse total, 24% têm um rendimento de dois a cinco salários, e somente 9% têm um rendimento de cinco salários ou mais.

Os dados foram cruzados pelo Sebrae com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE.

Na faixa dos que recebem até dois salários, a maioria é negra, 59%. Essa participação cai de forma significativa à medida que a renda do negócio aumenta: 40% na faixa de dois a cinco salários e 25% na faixa a partir de cinco salários mínimos, muito distante dos 56% da população negra no Brasil.

A pesquisa também constatou que o rendimento aumenta à medida que o empreendedor se qualifica.

Dos que ganham até dois salários, 45% têm até o fundamental completo. Na faixa de renda mais alta, 62% têm ensino superior.

O levantamento do Sebrae mostra também que a proporção de homens e mulheres à frente de um negócio não reproduz a participação feminina na sociedade brasileira, onde elas são a maioria, com mais de 51% do total da população. Essa disparidade aumenta à medida que cresce o nível de renda da empresa. Na faixa de até dois salários mínimos, as mulheres representam 36% das pessoas à frente de um negócio. Esse percentual cai para 28% nos empreendimentos com renda a partir de cinco salários.

O índice de negros donos de negócios também recua quando a renda aumenta: 40% estão na faixa de dois a cinco salários, e 25%, acima de cinco salários.

Hoje, os pequenos negócios representam 95% das empresas brasileiras e 30% do nosso Produto Interno Bruto (**PIB**). A pesquisa mostra que aumentar o grau de instrução por meio de capacitação faz os negócios

se desenvolverem.

Na faixa até dois salários, verifica-se forte concentração de pessoas em atividades muito simples, que exigem menor nível de escolaridade. São exemplos: comércio varejista, agropecuária, construção e serviços pessoais diversos.

- Os empresários de pequenos negócios são um universo de formiguinhas que não cansam e movimentam bairros, comunidades, municípios, movem o país. São os imprescindíveis, que lutam o ano todo, lutam por uma vida.

Fazem a economia girar -afirma o presidente do Sebrae, Décio Lima.

Já na faixa de cinco salários ou mais, estão concentrados os profissionais nível maior de escolaridade, como: saúde humana, advogados e contadores, arquitetura e engenharia, tecnologia da informação (TI), atividades imobiliárias, publicidade e pesquisa de mercado, atividades auxiliares de serviços financeiros e consultoria empresarial.

Márcia Andreza dos Anjos, de 27 anos, entrou no mundo do empreendedorismo na pandemia, em 2020, quando shoppings e comércio estavam fechados. Ela viu espaço para lojas de roupas que valorizassem corpos que fugissem do padrão de beleza e que fossem do seu estilo. Assim, criou a loja Deza Anjos e começou a vender roupas pela internet, conciliando com o trabalho no setor de RH de uma empresa.

No início deste ano, acabou sendo demitida em um corte de funcionários e precisou de uma nova fonte de renda. Resolveu abrir uma lanchonete em frente à sua casa, em Senador Camará, no Rio de Janeiro, e se tornou microempreendedora individual (MEI): - Na loja de roupas eu tinha meus clientes, mas era uma renda a mais. E depois da pandemia, quando tudo abriu de novo, acabamos perdendo muitas vendas, porque as pessoas aceitam pagar mais caro em lojas de departamento do que com quem vende em casa ou online.

Isso traz muita dificuldade para quem é empreendedor que ainda não tem loja física. Então abri minha lanchonete, onde eu consigo clientes todos os dias, e continuo fazendo as vendas on-line de roupas.

SEM EMPREGADOS Márcia explica que, nos melhores meses, conseguiu faturar três salários mínimos com a lanchonete, mas que a partir de julho, o movimento caiu e a receita da lanchonete caiu para um salário mínimo e meio. Já com a loja de roupas, ganha um salário.

Como não tem funcionários -75% dos empreendedores na faixa de renda de Márcia não têm empregados - nem modelos, ela faz as fotos dela mesma usando as roupas: - Eu sempre busquei roupas que coubessem em mim e sempre postei fotos comigo como modelo. Quero lutar pelo meu espaço de mulher negra, que não tem o corpo perfeito.

*Estagiária, sob a coordenação de Danielle Nogueira

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo?token=1e7a469a6fb0431000019>

RETRATO DA CATEGORIA

Divisão por faixa de renda
(em salários mínimos)



São **29,2 milhões**
de empreendedores



Distribuição por Região

Região	Até 2 mínimos	De 2 a 5 mínimos	5 salários ou mais
Norte	82%	14%	4%
Nordeste	84%	12%	4%
Centro-Oeste	56%	32%	13%
Sudeste	62%	27%	11%
Sul	57%	32%	11%

Fonte: Sebrae

EDITORIA DE ARTE

Comércio global só cresce 0,8% neste ano, mas melhora em 2024

Assis Moreira

A Organização Mundial do Comércio (OMC) reduziu em mais da metade sua projeção de crescimento do comércio mundial de mercadorias em volume para este ano. A taxa esperada agora é de 0,8% comparado a 1,7% estimado em abril, ilustrando a desaceleração da produção global e sinais de fragmentação ligadas às tensões geopolíticas.

No primeiro semestre, o Brasil teve um dos maiores crescimentos das exportações em volume entre grandes economias, com alta de 9%, ante baixa de 0,5% globalmente, na comparação com o primeiro semestre de 2022. Outros com resultado positivo foram os EUA com alta de vendas de 5%, o Canadá com 7,4%, a Noruega com 4,3% e a Austrália com 2%, enquanto os embarques da China ficaram estáveis com 0,2%.

"Países como os EUA, Canadá, Brasil e Noruega que registraram forte crescimento das exportações têm uma coisa em comum", diz Coleman Nee, um dos principais economistas da OMC. "É que eles são exportadores de energia e de produtos alimentares. A demanda externa por esses produtores aumentou depois que fornecimentos originários da Rússia e Ucrânia foram cortados." No lado das importações, houve retração no Brasil, com o resultado ficando negativo em 1,3%, nos EUA de -3,7%, na União Europeia (UE) de -1,8% e, no Reino Unido, de -11,4%. As exceções incluem China com aumento de 2,4% nas importações, a Coreia com +4,2% e a Turquia com +16,6%.

Na América do Sul como um todo, as exportações, turbinadas pelos embarques agrícolas do Brasil, fecharão o ano com crescimento GUNN BERIT WIIK / NTB SCANPIX VIA AP de 1,7% ante 0,3% estimado antes.

Para 2024, a alta dos embarques da região pode diminuir para 0,6%, refletindo a expectativa de menor demanda global. Do lado das importações, uma projeção de queda de 1,6% foi revista para um declínio de 1% neste ano, mas que deve voltar a crescer 3,3% em 2024.

A expectativa é de que o crescimento do comércio mundial se recupere no próximo ano para 3,3%,

acompanhado por uma expansão lenta, mas estável, do **PIB**.

Os setores mais sensíveis aos ciclos de negócios devem se estabilizar e se recuperar à medida que a **inflação** se moderar e as taxas de juros comecem a cair.

Mas os riscos para a previsão de 2024 incluem uma desaceleração mais forte do que a esperada na China e um ressurgimento da **inflação** nas economias desenvolvidas, o que exigiria a manutenção das taxas de juros mais altas por um período mais longo. As projeções da OMC se baseiam num crescimento de 2,6% do **PIB** mundial real neste ano e de 2,5% em 2024.

Também os sinais de fragmentação na cadeia de fornecimento podem ameaçar uma perspectiva globalmente positiva para 2024, diz a OMC. "A projeção de desaceleração do comércio para 2023 é motivo de preocupação, devido às implicações adversas para os padrões de vida das pessoas em todo o mundo", disse a diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala.

"A fragmentação econômica global só pioraria esses desafios, e é por isso que os membros da OMC devem aproveitar a oportunidade para fortalecer a estrutura do comércio global, evitando o protecionismo e promovendo uma economia global mais resiliente e inclusiva", acrescentou Ngozi. "A economia global e, em particular, os países pobres, terão dificuldades para se recuperar sem um sistema de comércio multilateral estável, aberto, previsível, baseado em regras e justo." O valor do comércio mundial de mercadorias em dólares dos EUA caiu 5% no primeiro semestre em relação ao mesmo período de 2022. Isso ocorreu com a queda dos preços das commodities e em parte devido à valorização do dólar americano, que tende a reduzir o valor do comércio denominado em outras moedas. Apesar do declínio no primeiro semestre, o valor em dólares do comércio de mercadorias ainda estava 27% acima em comparação com 2019.

A desaceleração do comércio parece ser de base ampla no primeiro semestre, envolvendo um grande número de países e uma grande variedade de mercadorias, incluindo combustíveis e produtos de

mineração (-15%), ferro e aço (-17%) e têxteis (-16%).

Em comparação, o comércio de produtos manufaturados caiu apenas 4%, graças ao forte crescimento dos produtos automotivos (18%) e dos produtos de construção civil (-10%).

A **inflação**, as altas taxas de juros, a valorização do dólar americano e as tensões geopolíticas contribuem para a redução do comércio global.

Um dos sinais de fragmentação da cadeia de suprimentos é a participação de bens intermediários no comércio mundial - um indicador da atividade da cadeia de suprimentos global - que caiu para 48,5% no primeiro semestre de 2023, em comparação com uma média de 51,0% nos três anos anteriores.

Além disso, a participação dos parceiros bilaterais asiáticos no comércio de peças e componentes com os EUA - um subconjunto importante de insumos intermediários - diminuiu para 38% no primeiro semestre deste ano, comparado a 43% no mesmo período de 2022. A OMC nota que as tensões econômicas e políticas entre os EUA e a China, as duas maiores economias do mundo, vêm crescendo há vários anos, levando à imposição de diversas tarifas. Essas medidas provocaram algumas mudanças nos padrões de comércio internacional, mas as evidências de que elas tenham revertido a globalização permanecem limitadas.

Ralph Ossa, economista-chefe da OMC, afirmou: "Vemos alguns sinais nos dados de fragmentação do comércio ligados a tensões geopolíticas. Felizmente, a desglobalização mais ampla ainda não chegou. Os dados sugerem que as mercadorias continuam a ser produzidas por meio de cadeias de suprimentos complexas, mas que a extensão dessas cadeias pode ter se estabilizado, pelo menos no curto prazo. O crescimento positivo do volume de exportação e importação deve ser retomado em 2024, mas devemos permanecer vigilantes." O comércio mundial de serviços não foi incluído na previsão da OMC. Mas a entidade diz que dados preliminares mostram que o crescimento no setor pode estar se moderando após as fortes recuperações do ano passado em transportes e viagens.

Já países exportadores de energia e alimentos viram um aumento nas vendas

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187680>